



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia
Departamento da Estrutura Verde

CONVITE
CONSULTA n.º 43/AQEA/2023

Artigo 1.º Definições

Para o efeito deste convite e da CONSULTA, e salvo se do contexto claramente resultar sentido diverso, aplicam-se as definições da Cláusula 1ª do caderno de encargos do ACORDO QUADRO para a aquisição de serviços de manutenção de elementos de água, no concelho de Lisboa (n.º 34/CPI/DA/DCP/2019).

Artigo 2.º Identificação da CONSULTA

1. A presente CONSULTA tem por objeto a adjudicação de uma proposta para a celebração de um CONTRATO de aquisição dos serviços de manutenção dos elementos de água indicados nos TERMOS COMPLEMENTARES anexos ao presente convite.
2. A CONSULTA é designada “Consulta prévia n.º 43/AQEA/2023 do contrato para a aquisição dos serviços de manutenção dos elementos de água no “**Quinta dos Lilases e Eixo Central na Alta de Lisboa**” que a seguir se descrevem através dos respetivos códigos e designações, conforme listagem constante dos TERMOS COMPLEMENTARES e que são os seguintes:

LOTE	DESIGNAÇÃO	CÓDIGO SIG
1	Poço da Qta dos Lilazes - Rua República do Paraguai	Código SIG 1825
1	Lago 1 e Canais da Qtª. dos Lilazes - Rua República do Paraguai	Código SIG 1808
1	Lago 2 Qtª. dos Lilazes - Rua República do Paraguai	Código SIG 1809
1	Fonte Eixo Central na Alta de Lisboa	Código SIG 1869

3. A CONSULTA é promovida ao abrigo do ACORDO QUADRO e rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com as rectificações e alterações posteriores.



Artigo 3.º ENTIDADE ADJUDICANTE

A ENTIDADE ADJUDICANTE é o Município de Lisboa, através da respetiva Direção Municipal do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia / Departamento de Estrutura Verde, sito na Avenida Francisco Luís Gomes, nº 1, Porta 3, Bloco 4.7 - 1800-177 Lisboa.

Artigo 4.º Decisão de contratar

A decisão de contratar cabe ao Vereador do Pelouro da Mobilidade, Transportes, Estrutura Verde, Desporto, Segurança e Socorro, Sistemas de Informação e Higiene Urbana – Dr. Ângelo Cipriano da Cunha Fialho e Pereira, no âmbito da subdelegação de competências através do Despacho nº 166/P/2021, publicado no 1º Suplemento ao Boletim Municipal nº 1446 de 04 de Novembro de 2021 e do Despacho n.º 229/P/2022, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1505, de 22 de dezembro, e nos termos respectivamente dos artigos 36.º, 38.º, 40.º e 67.º do CCP.

Artigo 5.º Fundamento da escolha do procedimento pré-contratual

O procedimento pré-contratual adotado nos termos do artigo 259.º e seguintes do CCP é a consulta prévia.

Artigo 6.º Visita aos elementos de água

1. Para os locais de execução dos serviços em elementos de água cujo acesso não é livre, a ENTIDADE ADJUDICANTE, após pedido dos concorrentes a efectuar através da ferramenta de comunicação da plataforma indicada no Artigo 7.º até ao 2º dia útil do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, promoverá as respectivas visitas no 3º dia útil, pelas 14 horas e com início no primeiro elemento de água constante do quadro do nº 2 do artigo 2º.
2. Considera-se que os concorrentes tiveram acesso a todos os elementos de água para efeitos da elaboração das suas propostas, quer através de visita aos elementos de água de livre acesso, quer através de visita aos elementos de água realizada nos termos do número anterior, sendo



ainda da sua exclusiva responsabilidade a aferição in loco dos volumes de água, das medições das áreas a intervencionar e de todas e quaisquer informações que considerem relevantes.

Artigo 7.º Esclarecimentos e rectificação de erros e omissões das peças do procedimento

1. O endereço da plataforma electrónica utilizada pela ENTIDADE ADJUDICANTE é o seguinte:
www.acingov.pt
2. Os interessados podem apresentar os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas nas quais identificam os erros e as omissões das peças do procedimento, através da plataforma eletrónica indicada no n.º 1 até ao termo do prazo indicado na mesma.
3. A pronúncia sobre os erros e omissões e as retificações das peças do procedimento serão disponibilizados pelo mesmo meio indicado no número anterior, dentro do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 8.º Documentos das propostas

A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) A declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP;
- b) Os atributos da proposta: A Lista de preços unitários por item de serviços e por elemento de água propostos para a execução dos serviços de manutenção dos elementos de água objeto do CONTRATO, apresentado em euros, elaborada em conformidade com o modelo do **Anexo A** dos TERMOS COMPLEMENTARES, em formato do tipo xls ouxlsx;
- c) Os termos ou condições, relativos a aspectos da execução do CONTRATO não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a ENTIDADE ADJUDICANTE pretende que o concorrente se vincule: Documento que contenha a identificação nominativa do responsável técnico que irá desempenhar as funções indicadas alínea a) no n.º 4 da Cláusula 56.ª do caderno de encargos;
- d) Outros documentos:



-
- i. Eventuais instrumentos de mandato emitidos pelo concorrente (ou pelos membros do concorrente quando se trate de um agrupamento);
 - ii. Documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, caso o certificado digital não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura;
 - iii. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis.

Artigo 9.º Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 10.º Modo de apresentação das propostas

1. O documento referido na alínea b) do Artigo 8.º deve ser apresentado em formato MS Excel Spreadsheet (xls ou xlsx) ou equivalente, independentemente da apresentação em outro formato.
2. Os documentos que constituem a proposta são exclusivamente apresentados através da plataforma eletrónica indicada no n.º 1 do Artigo 7.º até ao termo do prazo fixado na mesma.
3. A proposta será assinada, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, pelo concorrente ou seu representante; sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito, ou pública - forma da mesma, devidamente legalizada.
4. Os documentos que constituem a proposta são apresentados em língua portuguesa.

Artigo 11.º Prazo para a apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica indicada no n.º 1 do Artigo 7.º, até ao final do prazo fixado na mesma.



Artigo 12.º Prazo de obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas durante um prazo de 120 dias úteis contado da data fixada no Artigo 11.º, considerando-se aquele prazo prorrogado por igual período se, antes do seu termo, os concorrentes nada disserem em contrário.

Artigo 13.º Análise das propostas

1. É aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do artigo 146.º do CCP, sendo causas de **exclusão de uma proposta**, qualquer das situações seguidamente descritas:
 - a) Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do referido artigo 70.º, a não apresentação de um ou mais preços unitários por item de serviços nos documentos referidos na alínea b) do Artigo 8.º (a apresentar nas células coloridas no anexo A dos TERMOS COMPLEMENTARES, sendo que as células a branco não necessitam de ser preenchidas);
 - b) Ao abrigo do n.º 4 do artigo 132.º e da alínea n) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP, a apresentação num (ou mais) ELEMENTO DE ÁGUA indicado na tabela 1 do anexo A dos TERMOS COMPLEMENTARES, de um preço unitário de qualquer dos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 dos serviços de manutenção que seja superior ao respetivo preço unitário apresentado na proposta do concorrente no CONCURSO do ACORDO QUADRO;
 - c) Ao abrigo do n.º 4 do artigo 132.º e da alínea n) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP, e segundo o estipulado no n.º 3 da cláusula 3.ª do caderno de encargos, a apresentação num (ou mais) ELEMENTO DE ÁGUA NOVO indicado na tabela 2 do anexo 4A dos TERMOS COMPLEMENTARES, de um preço unitário de qualquer dos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 dos serviços de manutenção que seja superior ao respetivo parâmetro base máximo indicado no mesmo anexo (não aplicável).
 - d) Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, a apresentação de preços unitários que resultariam num preço total proposto (conforme cálculo indicado no n.º 1 do Artigo 14.º) superior ao preço base indicado na Cláusula 6.ª dos TERMOS COMPLEMENTARES;



2. Sem prejuízo do previsto nos números anteriores, são ainda excluídas as propostas cuja análise revele qualquer uma das seguintes situações:

- a) Que um ou mais documentos da proposta não sejam apresentados com as devidas assinaturas exigidas no n.º 3 do Artigo 10.º, para efeitos das alíneas e) e l) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP;

Artigo 14.º Critério de adjudicação

1. A adjudicação da proposta é feita segundo o critério do mais baixo preço calculado nos seguintes termos:

$$\text{preço total proposto} = \Sigma(\text{preço_unitário_item} \times \text{quantidade_item}) + \text{preço_manutenção_corretiva_profunda}$$

Em que:

- **preço_unitário_item** corresponde aos preços unitários por item de serviços (e por elemento de água) apresentados pelo COCONTRATANTES na sua proposta para a prestação dos serviços de manutenção dos elementos de água abrangidos pela CONSULTA;
 - **quantidade_item** corresponde à duração em meses do CONTRATO ou o número de intervenções, conforme o item de serviços em causa, definidos nos TERMOS COMPLEMENTARES para o respetivo item de serviços (por elemento de água) ;
 - **preço_manutenção_corretiva_profunda** corresponde à contrapartida dos serviços de manutenção corretiva profunda não expressamente previstos no caderno de encargos (indicados na alínea b) do n.º 6 da Cláusula 24.ª), no montante de 10% de $\Sigma(\text{preço_unitário_item} \times \text{quantidade_item})$.
2. Os preços unitários apresentados pelos COCONTRATANTES e os preços totais das respetivas propostas são arredondados à segunda casa decimal para mais quando o valor da terceira casa decimal seja igual ou superior a 5, mantendo-se o valor da segunda casa decimal no caso contrário.



-
3. Em caso de empate entre propostas após a aplicação do critério de adjudicação indicado no n.º1 e arredondamentos, a adjudicação é feita em função de um sorteio realizado pelo júri na presença dos concorrentes cujas propostas se encontram empatadas, ou, caso não tenham comparecido os COCONTRATANTES empatados, na presença duas testemunhas, a realizar nos termos das alíneas seguintes:
- a. Os COCONTRATANTES cujas propostas se encontram empatadas serão informados da data e do local de realização do sorteio através de notificação enviada em suporte eletrónico, não sendo a presença dos concorrentes no sorteio obrigatória, sendo que estes aceitam o resultado do sorteio realizado na sua ausência;
 - b. Caso nenhum dos COCONTRATANTES cujas propostas se encontram empatadas esteja presente no sorteio, o mesmo decorrerá 15 minutos após a hora marcada e na presença de duas testemunhas que assinarão a respectiva ata;
 - c. Para a realização do sorteio, serão utilizados dois recipientes distintos:
 - i. Um primeiro recipiente com as designações dos COCONTRATANTES cujas propostas estão empatadas;
 - ii. Um segundo recipiente com as posições classificativas possíveis resultantes do sorteio (p.e.: se estiverem duas propostas empatadas, as posições “primeiro lugar (adjudicatário)” e “segundo lugar”; se estiverem três COCONTRATANTES empatados, as posições “primeiro lugar (adjudicatário)”, “segundo lugar” e “terceiro lugar”; etc.);
 - d. Um membro do júri retira do primeiro recipiente uma designação de um COCONTRATANTES e do segundo recipiente uma posição classificativa, sendo atribuída à proposta do concorrente sorteado a posição sorteada;
 - e. A operação indicada em c) é repetida até que ambos os recipientes se encontrarem vazios;
 - f. Caso se verifique algum erro de aplicação das operações indicadas em b) a d) (p.e.: duplicação de designação de concorrente ou de posição classificativa), o resultado do sorteio ocorrido será anulado, sendo reiniciado imediatamente novo sorteio a partir da alínea b);



- g. A sequência e o resultado do sorteio serão lavrados em ata do júri posteriormente enviada aos COCONTRATANTES cujas propostas se encontram empatadas.

Artigo 15.º Caução

1. A exigibilidade da caução é determinada nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.
2. O órgão que tomou a decisão de contratar notifica o ADJUDICATÁRIO para este prestar caução nos termos do artigo 89.º do CCP.
3. A caução deve ser prestada de acordo com o artigo 90.º do CCP e com os modelos constantes em anexo ao presente convite e no prazo de 10 dias após a notificação de adjudicação.

Artigo 16.º Prazos de apresentação dos documentos de habilitação

1. O prazo de apresentação, pelo ADJUDICATÁRIO, dos documentos de habilitação previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP é de 3 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação.
2. Quando os documentos de habilitação se encontrem disponíveis na internet, o ADJUDICATÁRIO pode, em sua substituição, indicar o código e endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, conforme previsto no artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
3. O prazo a conceder pela ENTIDADE ADJUDICANTE para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP é de 2 dias úteis.

Artigo 17.º Despesas

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do CONTRATO, constituem encargo dos concorrentes ou do ADJUDICATÁRIO, conforme o caso.



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia

[SE APLICÁVEL]

Artigo 90º, nº 5 do Código dos Contratos Públicos

Modelo de garantia bancária à primeira solicitação (sem prazo)

O Banco ..., com sede em ..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de ..., garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto ... (designação da empreitada/aquisição de bens e/ou serviços), regulado nos termos estabelecidos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 18/2008 de 29 de Janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº. 111-B/2017 de 31 de Agosto.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Data.

Assinaturas. (É obrigatório o reconhecimento notarial, ou por advogado, das assinaturas)



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia

[SE APLICÁVEL]

Artigo 90º, nº 5 do Código dos Contratos Públicos

Modelo de garantia bancária à primeira solicitação com prazo)

O Banco ..., com sede em ..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor da Câmara Municipal de Lisboa..., garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) (doravante, a "Ordenante") assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto ... (designação da empreitada/aquisição de bens e/ou de serviços), regulado nos termos estabelecidos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 18/2008 de 29 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº. 111-B/2017 de 31 de Agosto.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a Ordenante assume com a celebração do respetivo contrato.

A presente garantia constitui uma garantia a solicitação permanente, mantendo-se em vigor nos estritos termos aqui previstos, independentemente da falta de pagamento de quaisquer quantias ou da liquidação de quaisquer prémios ou despesas que sejam devidos ao Banco pela Ordenante, da liquidação ou dissolução da Ordenante, da nomeação de um administrador de insolvência ou liquidatário judicial para toda ou qualquer parte do seu património, ou da emissão de decisão a declarar a insolvência.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma tem o prazo de duração de ... anos, renovando-se automaticamente por períodos iguais e sucessivos de 1 (um) ano, e não pode em qualquer



Câmara Municipal de Lisboa

Direção Municipal do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia

circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção nos termos previstos na legislação atrás identificada.

A Garantia caducará apenas na data em que seja entregue, pela Câmara Municipal de Lisboa ou pela Ordenante, ao Banco, documento assinado pelo Diretor do Departamento de Contabilidade da Câmara Municipal de Lisboa com o teor do documento que consta como Anexo, nada mais podendo ser exigido ao Banco pela Câmara Municipal de Lisboa a partir dessa data.

Data.

Assinaturas. (É obrigatório o reconhecimento notarial, ou por advogado, das assinaturas)

Pagamento do Imposto de Selo nos termos da Tabela Geral do Imposto



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia

[SE APLICÁVEL]

Modelo de seguro-caução à primeira solicitação

A Companhia de Seguros ..., com sede em ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de Câmara Municipal de Lisboa e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com ... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto ... (designação da empreitada/fornecimento/prestação de serviços), regulado nos termos estabelecidos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 18/2008 de 29 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº. 111-B/2017 de 31 de Agosto.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros não pode opor à Câmara Municipal de Lisboa quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

As condições particulares da apólice prevalecem, em caso de dúvida ou contradição, sobre o normativo das condições gerais ou de qualquer outro documento que integre ou venha integrar a apólice.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação atrás identificada.

Data.



Câmara Municipal de Lisboa

Direção Municipal do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia

Assinaturas. (É obrigatório o reconhecimento notarial, ou por advogado, das assinaturas)

Pagamento do Imposto de Selo nos termos da Tabela Geral do Imposto.



Câmara Municipal de Lisboa

Direção Municipal do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia

[SE APLICÁVEL]

**Modelo de guia de depósito
(dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado)**

Vai ..., residente (ou com escritório) em ..., na ..., depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação) da ... (instituição) a quantia de ... (por extenso, em moeda corrente), (em dinheiro ou representada por títulos emitidos ou garantidos pelo Estado), como caução exigida para a empreitada/fornecimento/prestação de serviços de, para os efeitos do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de Janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de Agosto.

Este depósito fica à ordem da Câmara Municipal de Lisboa a quem deve ser remetido o respectivo conhecimento.

Data.

Assinaturas.